# AS INTERFACES DO NEOLIBERALISMO NAS RECENTES POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Luciane da Silva Nascimento[1]

Andreia Gomes da Cruz[2]

Aline de Carvalho Moura[3]

**RESUMO**

Este estudo realiza uma análise de natureza bibliográfica construída a partir de um diálogo entre pesquisadores marxistas que aprofundam em seus trabalhos as interfaces das recentes políticas neoliberais no campo educacional brasileiro, entendidas como parte de um amplo movimento de reestruturação do capitalismo em escala planetária, que avança por meio de um sistema de acumulação neoliberal. O estudo abrange as categorias: neoliberalismo, reformas educacionais, formação docente e campo científico, presentes enquanto concreto pensado ao longo das análises. Evidenciamos que as recentes políticas destinadas à formação humana em geral e, em específico, à formação docente e ao ensino superior no país têm sido conduzidas pelo empresariado nacional aliado ao grande capital em um movimento de modernização conservadora da educação brasileira adequada aos imperativos da nova composição orgânica do capital, que requer um projeto de simplificação da formação da força de trabalho da classe trabalhadora ao redor do planeta.

**Palavras-chave**: Políticas Neoliberais 1; Formação Docente 2. Campo Científico 3.

**ABSTRACT**

This study conducts a bibliographic analysis constructed from a dialogue between Marxist researchers who deepen in their work the interfaces of recent neoliberal policies in the Brazilian educational field, understood as part of a broad movement of restructuring capitalism on a planetary scale, which advances through a system of neoliberal accumulation. The study covers the categories: neoliberalism, educational reforms, teacher education and scientific field, present as concrete thought throughout the analyses. We point out that recent policies aimed at human formation in general and, in particular, teacher education and higher education in the country have been led by the national business community allied to big capital in a movement of conservative modernization of Brazilian education appropriate to the imperatives of the new organic composition of capital, which requires a

[1] Professora Adjunta da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense (FEBF/UERJ); Doutora em Educação (UFRJ); luciane.estrela@gmail.com.

[2] Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Instituto Multidisciplinar: Nova Iguaçu, RJ; Doutora em Educação (UFF); andreiagomes25@yahoo.com.br.

[3] Professora Adjunta da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/ Instituto Multidisciplinar: Nova Iguaçu, RJ; Doutora em Educação (PROPED/UERJ); licacmoura@hotmail.com.

project to simplify the formation of the working class workforce around the planet.

**Keywords**: Neoliberal Policies 1. Teacher Education 2. Scientific Field 3.

## 1 INTRODUÇÃO

A lograda neoliberal nas políticas educacionais brasileiras não é um fato novo, data dos anos de 1990. Todavia, a recente ascensão da extrema direita no nosso país tem corroborado para acelerar a toque de caixa as reformas estruturais do Estado que a nova fase de acumulação capitalista nos cobrava há algum tempo. Nos últimos, anos, principalmente, quando consideramos o período pós-golpe parlamentar, judiciário e midiático contra o governo Dilma, em 2016, observamos uma reestruturação profunda no direcionamento político, econômico e organizacional do papel do Estado brasileiro apoiado e organizado pelos segmentos do grande capital (BEHRING, 2021).

As reformas ultraliberais têm priorizado a institucionalização de um ensino comodificado aos imperativos do capital-imperialismo (FONTES, 2010). Desta forma, entendemos que as contemporâneas reformas operadas no aparelho de Estado brasileiro, nas regulações da previdência social, nas leis trabalhistas, no regime fiscal, entre outras que aguardam votações (reforma administrativa, tributária, etc) caminham em conjunto com as reformas educacionais. Há uma tentativa de institucionalizar um Estado subsidiário, abrindo de vez as possibilidades de exploração dos mercados em todas as áreas sociais.

O Future-se, a Reforma do Ensino Médio, a BNC-Formação, entre outras políticas, reorganizam o campo educacional com fortes incrementos à expansão dos setores privados mercantis. De forma orgânica, observamos essas conexões aparentemente conjunturais como um movimento amplo e estrutural de reprodução ampliada do capital financeirizado. Nesse sentido, a chegada de um governo de extrema direita ao poder no país introduziu elementos do fascismo por dentro do Estado, por meio de um discurso de ataque permanente ao sistema republicano, à nossa frágil democracia e à nossa educação em geral. Assim, compreendemos os sentidos do discurso do atual ministro da educação que defende um viés excludente

para a formação superior no país, para as políticas de inclusão e todas aquelas que se relacionam à melhoria de vida da classe trabalhadora como parte de uma etapa da profunda regressão civilizatória em curso.

É a partir dessa conjuntura que observamos a lograda ideológica e reacionária no campo educacional. Nesse texto, analisamos as transformações que abrangem a reformulação das recentes políticas educacionais, compreendendo a atual proposta da BNC-Formação como ferramenta pedagógica de adequação da formação docente à um modelo utilitarista de educação (LAVAL, 2004), coadunado com a lógica de ressignificação do campo científico no país, que se circunscreve na adequação da educação superior à um padrão mercadológico. Portanto, esta análise de natureza bibliográfica media um diálogo a partir de pesquisas que, em comum, colidem com a crítica ao neoliberalismo no campo educacional, buscando evidenciar as suas interfaces materializadas nas recentes políticas, abrangendo assim as categorias: reformas educacionais, formação docente e campo científico, presentes enquanto concreto pensado ao longo desta análise.

## 2 AS POLÍTICAS NEOLIBERAIS, AS REFORMAS EDUCACIONAIS E OS EFEITOS DO GOLPE DE 2016

Este texto tem como premissa analisar os efeitos da conjuntura brasileira pelo prisma dos sistemas de acumulação (SAAD, 2018), bem como suas contribuições para o Golpe de 2016 e seu lastro nas recentes reformas educacionais em curso em nosso país. Todavia, antes, faz-se necessário compreender os cenários que antecederam o *impeachment.* E, para isso, voltaremos à crise econômica internacional de 2008, quando frações do capital, dentro e fora do Brasil, foram reorganizadas. Segundo Mancebo, seus efeitos foram sentidos com maior intensidade na:

> [...] periferia do sistema e suas condições para a acumulação de capital, criando e intensificando contradições insuperáveis, que, por um lado, reduziram as taxas de lucro, a competitividade, e terminaram por constituir obstáculo à própria continuidade da acumulação do capital; por outro, têm produzido aumento significativo da expropriação sobre os trabalhadores, ampliado o desemprego, precarizado os postos de trabalho restantes,

> reduzindo salários, intensificado a jornada de trabalho. (MANCEBO, 2018, p.64).

Em paralelo, o Brasil enfrentava uma crise política que tinha como alvo o 'combate à corrupção'. O discurso era de que o [...] "PT, ao chegar ao governo, instalou uma verdadeira quadrilha empenhada na apropriação privada dos fundos públicos" (SAVIANI, 2018, p.28). Além disso, o governo do Partido dos Trabalhadores fez uso de um esquema preexistente a sua chegada ao poder, para ter uma base de sustentação.

Nesse sentido, em 2013, eclodiu em nosso país uma série de manifestações que tiveram como marca o rompimento entre o campo político e a participação social. Instaurado um clima de ódio, assistíamos diariamente nos telejornais denúncias de corrupção contra Lula, Dilma e o PT; as principais instituições republicanas se alinharam em favor da destruição do Partido dos Trabalhadores.

Esse cenário favoreceu a destituição da então presidenta eleita Dilma Rousseff. Observávamos a consolidação de um golpe 'justificado' por um crime, sem provas, de responsabilidade. Nesse contexto, em virtude de uma política de contingenciamento orçamentário e de ajuste fiscal, nos noves meses posteriores, a gestão de Rousseff sofreu fortes abalos, como o corte bilionário no orçamento da Educação. Além disso, o governo Dilma presenciou a passagem de três ministros pela pasta da Educação: Cid Gomes (02/01/2015 a 19/03/2015), Renato Janine Ribeiro (06/04/2015 a 04/10/2015) e Aloizio Mercadante (05/10/2015 a 11/ 05/2016).

Ao ser afastada em definitivo do seu cargo, o seu vice-presidente, Michel Temer, assumiu a presidência em 31 de agosto de 2016. Nesse contexto, observamos uma guinada à direita liberal, marcada pelo retrocesso no campo das políticas sociais, conforme indica o documento norteador do programa, *Uma ponte para o futuro* que vem a ser:

> É um programa político-econômico que pretende, de um lado, aprofundar o papel de um "Estado mínimo" para realizar o benefício social e que (sic), de outro, é (sic) suficientemente forte para incrementar a participação da iniciativa privada, flexibilizar o mercado de trabalho e ampliar a concorrência internacional, abrir de maneira escancarada as portas para a venda do patrimônio nacional, suprimindo liberdades e até aprisionando (MANCEBO, 2018, p.67-68).

Seguindo as diretrizes do documento ‘Uma ponte para o futuro’, diversas ações no âmbito das políticas educacionais foram colocadas em práticas, coadunando com as parcerias privadas e, principalmente, com representantes do capital. Nesse sentido, concordamos com Peroni, Caetano e Lima (2017, p.418) quando destacam os efeitos do pós-golpe na educação em nosso país:

> [...] as reformas educacionais não são debatidas com associações de professores, sindicatos, pesquisadores, e estão sendo aprovadas sob sua resistência, como no caso da Reforma do Ensino Médio, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e do ESP, que vêm demonstrando a disputa por projetos distintos e que têm como foco a direção e o conteúdo da educação pública brasileira (PERONI e LIMA, 2017, p. 418).

Assim, acompanhamos no campo educacional a materialização de vários retrocessos, sendo o principal [...] “as novas formas de relação e naturalização da gradativa substituição do direito à educação pela oferta de produtos educacionais aos consumidores” (UZCAK, BERNARDI e ROSSI, 2020, p.7). Um dos carros-chefes da política desse período foi a aprovação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC, a qual ‘determina’ a profissionalização para os mais pobres, resguardando aos mais ricos uma formação propedêutica, com maiores oportunidades de ingressar em uma instituição universitária pública.

Destacamos que o golpe de 2016 acentuou no Ministério da Educação – MEC, a presença de uma coligação conservadora liberal que atua em prol dos setores privatistas da educação. Esse cenário coaduna com as reformulações impostas às políticas educacionais nos últimos anos.

Após a aprovação da BNCC, acentua-se o discurso da necessidade de reformulação das diretrizes para a formação de professores, tanto no MEC como no Conselho Nacional de Educação (CNE). Assim, a proposta de formação da BNC, voltada para os professores, segue os moldes da BNCC, apresentando como eixo norteador a noção de competências.

Além disso,

> Tratava-se de um texto, elaborado por um grupo de consultores vinculados a empresas e assessorias educacionais privadas. O documento resgata a

> noção de competências como orientadora da formação de professores e baseia-se no modelo de base utilizado pela Austrália para a formação docente. O modelo Australiano, implementado desde 2009, incorpora as propostas neoliberais de maior controle sobre o trabalho docente com vistas no desempenho no PISA (*Australian Professional Standards for Teachers,* 2018). (GOLVAVES, MOTA e ANADON, 2020, p. 366).

Ressalta-se que a formação de professores é um tema central no âmbito das políticas educacionais desde os anos de 1990. Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p. 82), apontam que:

> O ideário da reforma educacional atribui ao professor um protagonismo fundamental. Paradoxalmente, nele, identifica-se a responsabilidade pelas mazelas do sistema público de ensino e o mágico poder de extirpá-las (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2011, p. 82).

Frisamos que o intenso processo de reformas instaurado no Brasil esteve articulado com as orientações dos organismos internacionais, uma vez que a implementação dos programas estava condicionada a tomada de empréstimos com esses organismos.

No âmbito do ensino superior, presenciamos um ataque às instituições públicas, por meio das políticas de contingenciamentos, tais como: menos investimentos na área de ciências humanas, criação do Programa Future-se, além dos cortes de bolsas na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre outras medidas.

Dentre tais políticas, o ‘Future-se’ é uma das propostas mais nefastas para as universidades públicas. Trata-se de um é novo projeto do Ministério da Educação voltado à captação de recursos por parte dos Institutos Federais de Ensino Superior – IFES. Segundo o documento, a proposta tem como finalidade promover a autonomia financeira das universidades e dos Institutos Federais, por meio do fomento ao empreendedorismo, à inovação e à captação de recurso pela iniciativa privada.

Nesse sentido, compreendemos que o processo de privatização da educação pública em nosso país tem avançado em diferentes formas. Essas medidas, segundo Mészaros (2002), representam as estratégias do capital para a superação de sua crise estrutural.

## 3 BNC-FORMAÇÃO: A FORMAÇÃO DOCENTE SOB A LÓGICA DO CAPITAL

Vivenciamos nos últimos 5 anos um avanço sem precedentes no que se refere à reestruturação da educação pública no país. Sabíamos que nos anos precedentes ao golpe de 2016 já tínhamos a disputa do campo educacional por dentro entre o empresariado e os seus Aparelhos Privados de Hegemonia (APH's), entretanto ainda tínhamos nos órgãos diretivos das políticas educacionais alguns representantes dos segmentos progressistas, que insistiam na defesa de uma educação pública universalista, gratuita, laica e socialmente referenciada. Entretanto, nos governos Temer e Bolsonaro vimos a cartada final, com a subsunção total do aparato educacional ao empresariado, que agora segue produzindo a materialidade que faltava para consolidar a sua hegemonia no direcionamento político da educação no país.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação/ Resolução nº 2/2019) chegam exatamente nesse contexto de adequação da formação docente à uma política utilitarista de educação (LAVAL, 2004). Os constantes ataques à formação docente produzidos ao longo das últimas décadas ganharam corpo na letra da Lei que simplifica a formação de professores à um modelo totalmente mercadológico, ressignificando a formação humana com a introdução do modelo de competências.

Esse redirecionamento político da formação docente brasileira em adequação à lógica das competências não é um movimento novo, se circunscreve aos anos de 1990 (SHIROMA, MORAES e EVANGELISTA, 2011). Mais recentemente, a empreitada ocorre, também, via redirecionamento das matrículas dos cursos de formação docente presenciais para a EaD nas instituições privadas mercantis, que concentram atualmente a maior fatia da formação docente no país. Vemos acelerar um movimento de simplificação da formação agregado aos lucros que se produzem em função dos baixos custos da modalidade EaD (EVANGELISTA et al, 2019).

A BNC-Formação impacta diretamente no reorganização curricular dos cursos de formação inicial de professores. Os princípios que orientam a organização curricular da formação na matriz da Resolução reiteram as terminologias tão presentes no ethos neoliberal, entre elas: ênfase na equidade educacional; necessidade da padronização de saberes; a centralidade na prática imediata e a avaliação das licenciaturas com instrumentos específicos que considerem estritamente a matriz de competências. Essas competências apresentadas na resolução seguem uma lógica de implementação de uma formação docente com ênfase em aspectos comportamentais e emocionais, enquanto a dimensão do conhecimento científico, da pesquisa e da práxis são praticamente apagadas dos currículos das licenciaturas.

No campo da formação docente, a reestruturação avançou com a BNC-Formação coligada à implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada/ Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de outubro de 2020). Ambas seguem organicamente interligadas à Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017), conectadas ao projeto de modernização conservadora da educação brasileira adequada aos imperativos da nova composição orgânica do capital, que requer um projeto de simplificação da formação da força de trabalho das classes populares ao redor do globo. Essa ressignificação, pautada em uma lógica utilitarista, também, se circunscreve ao campo científico de forma ampla, conforme veremos a seguir.

## 4 A RESSIGNIFICAÇÃO DO CAMPO CIENTÍFICO NA LÓGICA NEOLIBERAL

Pensar a sociedade na lógica neoliberal exige que tal debate seja feito a partir das transformações constantes que a sociedade vem sofrendo seguindo as demandas e necessidades de um mercado insaciável, onde a produção instituiu-se em metas que ressignificam os papéis que cada instituição assume, nesse contexto.

Tessaro, Costa e Souza (2020, p. 8) afirmam “[...] que a ação da corrente neoliberal age diretamente nos países em que se insere, causando alterações no modo de gerir as políticas, direcionando-as para o benefício do mercado”. Nessa

lógica, passa a configurar-se um processo de reestruturação produtiva do capital, que atinge diferentes setores da sociedade provocando mudanças nas formas de organização, estruturação e funcionamento institucional.

No Brasil, a ideologia neoliberal vem sendo utilizada para impor uma lógica de mercado, provocando uma precariedade de serviços que se aloca em todos os setores da sociedade, incluindo-se o setor da educação, da ciência e da tecnologia. Através de ataques às instituições públicas, à ciência e à pesquisa, o projeto neoliberal vem tentando tornar bens e serviços públicos em 'objetos' de mercado, dentro de uma lógica onde tudo se compra e tudo se vende, incluindo a produção de conhecimento científico.

Segundo Leher (2021), as combinações de ideologias articuladas a um projeto neoliberal vêm interferindo, profundamente, no cotidiano das instituições, alterando suas funções sociais e as formas de produção nesses espaços. Nesse contexto, as instituições responsáveis pela produção de conhecimento e divulgações científicas passaram "a ser geridas com base em critérios de desempenho, metas e balizamentos, instaurando uma racionalidade acadêmica e administrativa muito distintas das existentes até o século XX" (LEHER, 2021, p 10).

Para dar conta dos novos critérios que invadiram os espaços institucionais, parametrizados pelos sistemas de avaliação, uma condição de trabalho foi imposta aos sujeitos dessas instituições, o que vem ressignificando a produção, em especial no campo científico (LEHER, 2021). A mensuração da produtividade e a captação de recursos, próprias de uma política de mercado, substituíram as políticas sociais, o que vem gerando novas discussões sobre as políticas educacionais vinculadas à produção científica, principalmente, na pós-graduação.

As políticas educacionais, através da aceitação e da implementação de uma lógica de mercado nas instituições educacionais, em especial no Ensino Superior, vêm precarizando não só as condições de trabalho docente, mas a produção de conhecimento científico que acaba, também, afetando a forma de funcionamento dentro do campo científico, atribuindo-lhe um caráter numérico performativo e produtivo, no sentido mercadológico.

Tessaro, Costa e Souza (2020) afirmam que as mudanças provocadas pelas políticas neoliberais estão atreladas ao processo de precarização da educação e do trabalho docente através de:

> [...] mecanismos de regulação de avaliação educacional, projetos de reformas e constantes mudanças na organização de programas de formação e atualização docente. [...] essas mudanças e formas de se tratar as políticas educacionais, a partir do neoliberalismo, estão atreladas à própria reestruturação da economia mundial na perspectiva de hegemonia da sociedade de mercado, tendo como vistas a continuidade da organização de mercados comuns, que tem sido uma das estratégias implementadas pelas políticas neoliberais. A observância desses achados no estudo denota indicadores de como o setor educacional tem sido influenciado pelas ações e políticas de gerenciamento neoliberais, com foco na manutenção e efetivação de um sistema, no qual a qualidade da educação está secundarizada ao prisma da quantificação dos resultados apresentados (TESSARO, COSTA e SOUZA, 2020, p. 12).

Em meio aos ataques e sucateamento, vem crescendo a imposições de novos valores e critérios de quantificação de resultados, onde a produtividade assume um importante posto nas discussões no campo científico. A ideia de ciência como uma construção coletiva baseada na cooperação, foi substituída por um clima de competição que enfraquece, precariza e prejudica a relação entre o trabalho e o docente e, consequentemente, atinge sua produção, podendo fragilizar o conhecimento produzido e disseminado. Em um contexto neoliberal, a ideia de sociedade remete a ideia de indivíduos que dentro de um modo de relação capitalista passa a valorizar, predominantemente, a competição e a produtividade, sendo estas, critérios de valorização.

As exigências relativas à produção no campo científico passaram a impactar direta e indiretamente as práticas de pesquisa e o trabalho do docente pesquisador. A pressão por alcançar metas de produção produzem um movimento de naturalização das pressões no campo acadêmico, que vem ressignificando o papel da pesquisa e do pesquisador no campo científico.

Para compreender as considerações sobre o campo científico no neoliberalismo, é preciso pensar a noção de campo, nesse contexto. Para Bourdieu (2004, p. 20), para compreender uma produção científica, cultural dentre outras, não basta referir-se ao conteúdo dessas produções, mas consiste em supor um “universo

no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem" tais produções, que fazem parte de um mundo social:

> Em outras palavras, é preciso escapar à alternativa da "ciência pura", totalmente livre de qualquer necessidade social, e da "ciência escrava", sujeita a todas as demandas político-econômicas. O campo científico é um mundo social, e como tal, faz imposições, solicitações etc. (BOURDIEU 2004, p. 21 e 21, destaques do autor).

O campo científico tem, cada vez mais, se tornado um espaço integrado às imposições e às solicitações do sistema regido pelo capital, uma vez que a partir do conhecimento produzido, de forma mais diversificada e flexibilizada, tende a expandir as formas de acumulação e reprodução do próprio sistema.

Segundo Anes (2021), a valorização do conhecimento, como parte do movimento de reestruturação produtiva, não tem como objetivo garantir a todas as classes sociais, o acesso ao conhecimento, ao contrário, a reestruturação favorece os projetos políticos e sociais que se voltam à apropriação privada do conhecimento, privilegiando uma determinada parcela da população em detrimento de outra, fazendo com que o conhecimento se caracterize cada vez mais como mercadoria produtiva.

Com a segregação do conhecimento e com o distanciamento cada vez maior entre o campo científico e os interesses da sociedade para além do mercado e do capital, a promoção dos avanços tecnológicos e científicos não vinculam-se às transformações econômicas e sociais, mas funcionam "para permitir ao capitalismo sua mundialização e sua ampliação em larga escala, objetivando torná-lo potencialmente capaz de buscar novas formas de exploração humana, de acumulação e enriquecimento" (ANES, 2021, p. 281).

O processo de ressignificação da educação, da pesquisa e do campo científico faz parte do movimento em prol de um projeto econômico-político-social amplo;

> [...] articulado às forças ideológicas e econômicas que buscam sustentar o avanço da mundialização do capital, favorável em aumentar a lucratividade da universidade pública, sua adesão aos interesses de mercado e o controle sobre o conhecimento que nela é produzido e divulgado (ANES, 2021, p. 282).

Desta forma, no atual contexto, é impossível compreender o cenário educacional, a atividade de pesquisa e o campo científico sem reconhecer suas

relações com a reestruturação produtiva, fruto das exigências político-econômicas neoliberais. Tal reestruturação impacta as diversas dimensões de produção de conhecimento, implicando as novas políticas implementadas e as mais variadas reformas dos campos: educacional e científico, tornando-se estratégicos para o desenvolvimento econômico, político, social e cultural, dentro de uma determinada lógica adequada aos fins específicos próprios do capital e do mercado.

Por fim, se faz necessário politizar a discussão sobre a educação, a pesquisa e a ciência, reconhecendo seus percursos históricos de transformações, conflitos e disputas, em especial em virtude dos reflexos das orientações neoliberais que marcam e definem espaços segundo seus interesses. Como afirmou Bourdieu (2004), a reflexão sobre o campo científico e os usos sociais da ciência precisam se elevar a um processo de autoanálise coletiva para além de suas condições e seus condicionantes institucionais.

## 5 CONCLUSÃO

Nas últimas décadas do século passado vimos o movimento de recomposição orgânica do capital chegar com voracidade. O ideário neoliberal ganhou força e materialidade nos países de capitalismo avançado e nas economias de capitalismo dependente. Com a chegada de um novo século, o processo de reestruturação econômica, política e sociais nesses países avançou consideravelmente, retirando a centralidade dos Estados como provedores das políticas públicas de seguridade social, saúde e educação, condensando uma natureza subsidiária, onde os Estados só entram naquelas atividades que não geram interesse aos mercados.

No Brasil, o golpe parlamentar, judiciário e midiático acirrou o ódio e a polarização social, contribuindo para a ascensão da extrema direita nas eleições de 2018. A entrada de Michel Temer pós-golpe corroborou para acelerar as reformas no aparelho de Estado que se seguiram no governo posterior. Observamos as frações de classe do capital financeiro e do agronegócio alçarem o bloco do poder no Estado brasileiro. Atualmente, são essa frações de classes que conduzem por dentro do Estado juntamente com os militares as políticas econômicas e sociais no país.

De forma particular, temos um governo que atua com elementos do fascismo por dentro do Estado brasileiro, por meio de um discurso de ataque permanente ao sistema republicano, à nossa frágil democracia e à nossa educação em geral. É nesse cenário que as reformas educacionais se circunscrevem de forma ágil e crescente. O golpe de 2016 acentuou no Ministério da Educação (MEC), a presença de uma coligação conservadora liberal que atua em prol dos setores privatistas da educação e da pedagogia do capital.

Foi nesse bojo que tivemos gestada a Reforma do Ensino Médio, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), o Future-se, entre outros programas, emendas constitucionais e reformulações legais que atingiram o cerne das políticas públicas em educação. Em suma, essas mudanças estão atreladas ao processo de precarização da educação e do trabalho docente. É a pedagogia do capital que vincula estritamente a formação humana aos interesses econômicos (educação utilitarista) através de currículos mínimos, organizados pelo modelo de competências.

Por fim, essa lograda neoliberal ressignifica a pesquisa e o campo científico o país, adentrando a produção e difusão dos conhecimentos e atrelando-os aos objetivos do mercado. Desta forma, torna-se urgente a politização da discussão sobre a educação pública, a pesquisa e o papel da ciência, reconhecendo seus percursos históricos de transformações, conflitos e disputas, em especial em virtude dos reflexos das orientações neoliberais que tem marcado e definindo espaços segundo os seus interesses.

## REFERÊNCIAS

ANES, Rodrigo Roncato Marques. Reestruturação produtiva, conhecimento e adequação da universidade aos moldes empresariais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.277-295, abr., 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, valor e política social.** 1. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BRASIL. **RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1,** de 27 de OUTUBRO de 2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-cne/cp-n-1-de-27-de-outubro-de-2020-285609724. Acesso em: 21 de jul. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2,** de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), 2019b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 23 de jul. 2021.

BRASIL. **Lei, n. 13.415,** de 16 de fevereiro de 2017. Altera a Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13415.htm. Acesso em: 23 de jul. 2021.

EVANGELISTA, Olinda. et al. **Desventuras dos professores na formação para o capital.** Florianópolis: Mercado de Letras, 2019.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo:** teoria e história. 3. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/ Editora UFRJ, 2010.

GOLÇALVES, S.V.; MOTA, M.R.A; ANADON, S.B. A Resolução CNE/CP n. 2/2019 e o retrocessos na formação de professores. **Revista Formação em Movimento**, v.2, i.2, n.4, p. 360-379, jul/dez. 2020. Disponível em: http://costalima.ufrrj.br/index.php/FORMOV/article/view/610/896. Acesso em: jul. 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa:** o neoliberalismo em ataque ao ensino público. Trad. Maria Luzia M. de Carvalho e Silva- Londrina: Editora Planta, 2004.

LEHER, Roberto. Estado, reforma administrativa e mercantilização da educação e das políticas sociais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v.13, n.1, p.9-29, abr. 2021.

MANCEBO, Deise. O golpe de 2016 e os impactos para a educação superior brasileira. **Revista Educação em Questão**, Natal, v.56, n.49, p.62-84, jul/dez.2018. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14477/10708. Acesso em: 22 de jul. 2021.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2002.

PERONI, Vera Maria Vidal.; CAETANO, Maria Raquel; LIMA, Paula Valim de. Reformas educacionais de hoje: as implicações para a democracia. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 415-432, jul./dez. 2017. Disponível em: http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/793/pdf. Acesso em: 22 de jul. 2021.

SAAD FILHO, Alfredo. **Brasil: neoliberalismo *versus* democracia,** 1.ed. São Paulo: Boitempo: 2018.

SAVIANI, Demerval. A crise política e o papel da educação na resistência ao Golpe de 2016 no Brasil In: **O Golpe de 2016 e a Educação no Brasil.** KRAWCZYK, N; LOMBARDI, J. C. (Orgs.), Uberlândia: Navegando Publicações, p.27-46, 2018.

SHIROMA, Eneida Otto.; MORAES, Maria Célia M. de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

TESSARO, Nádia da Silva; COSTA, Maria Luísa Furlan.; SOUZA, Vânia de Fátima Matias de. Neoliberalismo em questão: influências no campo educacional brasileiro e na produção do conhecimento. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 56, p. 1-15, e10727, jan./mar. 2021.

UCZAK, Lucia Hugo; BERNARDI, Liane Maria; ROSSI, Alexandre José. O Governo Temer e asfixia dos processos de democratização da educação. **Revista Educação**, Santa Maria, v.45, p. 2-23, 2020. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/33740/pdf. Acesso em: 22 de jul. 2021.